

Negociação fica difícil

Arnildo Schulz

O Congresso definirá na segunda-feira o poder dos políticos para modificar a proposta de Orçamento da União para 1992. Depois de seis horas de reunião, o máximo que se conseguiu foi um acordo das oposições — PMDB, PSDB, PSB e PT — estabelecendo que os parlamentares podem remanejar 50% das verbas destinadas a investimento e despesas de capital (os novos projetos do Governo), 15% dos recursos previstos para obras já em andamento e apenas 3% das dotações de custeio. O representante do Bloco Governista (PFL-PRN), Messias Góis (BA), defendeu a proposta do relator, deputado João Alves (PFL-BA), que limita a 1% o remanejamento nas dotações de custeio e a 2% nos investimentos, mas prometeu estudar a proposta das esquerdas, que terão uma resposta na próxima segunda.

“Essa proposta é inaceitável. Vou fritar o porco em sua própria banha”, reagiu irônico o relator, numa referência no sentido de que os recursos previstos para investimento — US\$ 9,7 bilhões — são apenas uma hipótese de gastos no ano que vem. “Eu faço uma matemática, fazendo de conta que dou 50%, e dou 20%”, antecipou Alves, prometendo “melhorar” os percentuais propostos em seu relatório preliminar.

Com esta frase, o relator confirmou à suspeita de um dos deputados presentes à primeira rodada de negociações ontem de manhã, quando supôs que o PMDB ensaiava um acordo com o Governo. É que o líder do PMDB na Câmara, Generaldo Correia (BA), surpreendeu os representantes das oposições na Comissão de Orçamento — com a proposta de permitir emendas que remanejem apenas 20% das dotações classificadas como investimentos. “Mas 20% é muito pouco para o Congresso participar da definição das prioridades dos investimentos do Governo”, contrapôs imediatamente o deputado Sérgio Machado (PSDB-CE), defendendo a liberdade total do Legislativo para mexer nesses recursos. “Se liberarmos, tudo, as pressões dos parlamentares sobre o relator será enorme”, ponderou Generaldo.

Ciacs

“Na prática, limitar mudanças em 20% inviabiliza qualquer alteração significativa na proposta orçamentária do Governo”, protestou Paulo Hartung (PSDB-ES). Segundo



João Alves quer limitar as mudanças

o líder do PSDB na Câmara, José Serra (SP), qualquer limite na rubrica de investimentos é inconstitucional. “A Constituição de 88 proíbe alterações apenas nas verbas destinadas a pagamento de salários, ao serviço da dívida do Governo e as transferências constitucionais a estados e municípios, além da proibição de que sejam criadas novas despesas.

Os Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs), para os quais o Orçamento reserva US\$ 1,3 bilhão, estão fora das negociações de líderes. Na primeira reunião, o PMDB propôs o limite de 20% para o remanejamento das verbas de investimento, exatamente para sustentar sua disposição de retirar do projeto dos Ciacs 80% dos recursos previstos no Orçamento.

“Vamos pedir destaque para votar os recursos destinados aos Ciacs”, confirmou o líder Generaldo, lembrando que concordou com as oposições em limitar emendas a 50% do total de verbas para investimentos, mas que o partido está decidido a dar ao Governo apenas 20% da previsão orçamentária para um projeto piloto nesse setor.

O PDT, que só compareceu à primeira rodada de negociações, sustentou a proposta de excluir os Ciacs dos entendimentos. O deputado Sérgio Gaudenzi (PDT-BA) insistiu na necessidade de manter intacto o programa dos Ciacs e sugeriu às lideranças que assumissem o compromisso de não tirar um centavo dos dólares previstos. Somente nessa condição, o PDT fecharia uma proposta com as oposições. Como a tese foi rejeitada, Gaudenzi nem sequer compareceu à reu-

nião da tarde.

Nem todas as limitações apresentadas no relatório preliminar de João Alves causaram polêmica. Governistas e oposicionistas acordaram, por exemplo, que o Congresso não pode aprovar emendas que remanejem recursos de investimentos para pagar despesas correntes ou amortizar a dívida da União. Também não será permitido transferir verbas de um setor para outro. Assim, mesmo que o PMDB tire 80% dos recursos dos Ciacs, esse dinheiro só poderá ser aplicado em projetos educacionais, de saúde e na área da ação social, respeitando a origem das verbas.

Poderes

O relator também teve seu poder reduzido. A possibilidade de João Alves apresentar um substitutivo para todos os relatórios parciais a serem elaborados pela comissão, obtendo prioridade na votação do Orçamento, foi cassada pelas lideranças. O relator será o primeiro a votar, mas as propostas que irão a exame da comissão serão as dos relatores parciais.

Um outro ponto polêmico: o Governo previu uma reserva de contingência superior aos 3% da receita global da União, fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Isso significa que o relator poderia dispor, como quisesse, de US\$ 6,4 bilhões, denunciou o deputado Paulo Hartung. As lideranças, entretanto, reduziram esse valor à metade determinando que 25% sejam aplicados no Ministério da Infra-Estrutura, 25% na Ação Social, 25% na Agricultura e a quarta parte restante em órgãos diversos, conforme definir a comissão, e não o relator.